

CONGRESSO

GAZETA MERCANTIL

Ass - 8 JUL 1985

Preferência pela Constituinte

por Márcio Cheer
de Brasília

O presidente José Sarney remeteu na sexta-feira ao Congresso Nacional um "aditamento" à sua proposta de emenda constitucional que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. Nesse aditivo, a Presidência solicita preferência para leitura da mensagem em plenário. Sem essa medida, a convocação da Constituinte entraria em uma fila de uma centena de mensagens, o que poderia empurrar o início de sua tramitação para o ano que vem.

Segundo explicou à repórter Helena Daltro o assessor da Presidência da República, Célio Borja, que redigiu o ato convocatório, não se pediu preferência no encaminhamento da emenda porque "o presidente nunca teve intenção de ungir, constranger ou tutelar o Congresso para apreciar sua proposta". O assessor esperava que o próprio Congresso apressasse a leitura.

O presidente do Senado, José Fragelli, no entanto, acha que os mecanismos para se abreviarem prazos são para o período posterior à leitura da matéria em plenário. Sobre a armção de um acordo de lideranças ou de se recorrer aos seus poderes extraordinários para "furar a fila"

Líderes debatem na ESG

Durante oito horas, nesta segunda-feira, os deputados Pimenta da Veiga e Prisco Vianna, líderes do governo e do PDS na Câmara, respectivamente, mais os senadores Carlos Chiarelli e Nelson Carneiro, líderes da Frente Liberal e do PTB, debatem o tema Constituinte e Constituição na Escola Superior de Guerra (ESG).

Cada expositor terá meia hora para sua palestra e, depois de um debate entre eles, passarão a responder ao plenário. O corpo atual de estagiários da ESG é composto por oitenta civis e quarenta militares. Para o próximo ano letivo — que se estende por dez meses,

em período integral — a escola militar já remeteu ao Congresso Nacional as fichas de inscrição para os parlamentares que se interessarem pelo curso.

Será a primeira vez que a escola juntará num painel representantes partidários, de diferentes correntes, frente a frente para exporem seus pontos de vista. Voltada para a conjuntura nacional, a ESG da Nova República está experimentando uma acentuada diversificação com o novo time de expositores que ali têm levado suas idéias. Praticamente todos os ministros do atual governo já terão — até o mês de setembro — debatido os temas propostos pela escola.

de matérias, Fragelli opinou que "é melhor optar pelo caminho mais curto". O presidente do Senado manifestou-se contrário a qualquer atitude de sua parte que denote favorecimentos a quaisquer projetos.

Na proposta de emenda que regiu, o ex-deputado Célio Borja sugeriu a instalação da Constituinte a 31 de janeiro de 1987. Ocorre no entanto que a posse dos parlamentares eleitos em novembro de 1986, por preceito constitucional só se dá a 1º de fevereiro do ano seguinte. Segundo Borja, o 31 de janeiro foi uma suges-

tão do Conselho Político do presidente Sarney. A explicação: "Seria inconveniente proceder-se no mesmo dia — 1º de fevereiro, no caso — a três eleições — a de presidente da Câmara, do Senado e da Constituinte".

A terceira objeção levantada no Congresso Nacional foi quanto à indicação do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, para presidir a instalação da Assembleia Nacional Constituinte.

Essa opção, segundo Célio Borja, se fez por "uma razão muito simples": com a convocação da assem-

bléia pelo Executivo, a sua votação pelo Legislativo, ficaria o Judiciário — "que representa a mais alta corte da justiça no País" — encarregado de dirigir as sessões iniciais da Assembleia.

A outra crítica, de que ao presidir a instalação da Constituinte o ministro Moreira Alves estaria impedido de julgar eventuais mandados de segurança envolvendo a Constituinte, segundo o assessor, é "improcedente", de vez que "o STF, como órgão colegiado, julgará os recursos normalmente, sem prejuízo das atribuições de seu presidente".